- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Fábula de um arquiteto

A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não como ilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas;
casas exclusivamente portas e teto.
O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-onde, jamais portas-contra;
por onde, livres: ar luz razão certa.

Até que, tantos livres o amedrontando,
renegou dar a viver no claro e aberto.
Onde vãos de abrir, ele foi amurando
opacos de fechar; onde vidro, concreto;
até fechar o homem: na capela útero,
com confortos de matriz, outra vez feto.

João Cabral de Melo Neto. **Fábula de um arquiteto**.
In: **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1978, p.18.

Considerando o texto e a imagem da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, obra de Oscar Niemayer, julgue os itens a seguir.

1 O verbo "construir", presente reiteradamente nos cinco versos iniciais do texto, é empregado no poema como substantivo.

2 Em "tudo se sanearia desde casas abertas" (primeira estrofe), a forma verbal é empregada no futuro do pretérito no modo indicativo para expressar a certeza da impossibilidade do saneamento.

3 Em "Até que, tantos livres o amedrontando" e "ele foi amurando" (ambos na segunda estrofe), as formas pronominais "o" e "ele" têm o mesmo referente: o arquiteto.

4 Na segunda estrofe, o significado das expressões "vãos de abrir" e "opacos de fechar" está em consonância com a tensão que estrutura o poema: a transformação do sujeito que abre novos caminhos para o homem em alguém capaz de encerrá-lo por trás de muros confortáveis.

5 O resultado arquitetônico da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida corresponde ao conteúdo expresso na última estrofe do texto de João Cabral de Melo Neto: "onde vidro, concreto; / até fechar o homem: na capela útero, / com confortos de matriz, outra vez feto."

O eucalipto é cortado, e dele se faz o papel. Processo quase alquímico. O inflexível se dobra, o marrom se torna branco, onde cabiam folhas verdes agora cabem ideias maduras. Chegada a obra-prima, alguém trabalha o preenchê-la. E era isso que fascinava tanto o jornalista Pinheiro Júnior — fosse jovem fosse experiente.

— Por que arquitetura? Por que arquitetura quando o senhor já havia contribuído tanto com esse talento, com esse dom?

— Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a diagramação da UH, a paginação da UH. Enquanto os outros jornais eram jornais duros, feios, a UH era um jornal bonito, era um jornal, inclusive, a cores. Os outros jornais não eram. Arquitetura, em jornalismo, é exatamente a diagramação dos jornais.

Bruna Rezende e Victor Gabry. **A Arquitetura tem tudo a ver com o Jornalismo!** Uma conversa com Pinheiro Júnior, veterano do jornalismo, sobre o que ele ainda não falou. *In*: **Cadernos de reportagem**, 2018. Internet: <cadernosdereportagem.wordpress.com>.

Com base na leitura e nos sentidos do texto anterior, julgue os itens que se seguem.

6 No primeiro parágrafo, "inflexível", "marrom" e "folhas verdes" relacionam-se a "eucalipto", enquanto "dobra", "branco" e "ideias maduras" associam-se a "papel", apontando para as especificidades de seus significados, mas sem descartar a origem comum de ambos os termos — "eucalipto" e "papel".

7 Em "Chegada a obra-prima" (quarto período do primeiro parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo, de modo que seu emprego manteria os sentidos originais do texto.

8 O uso dos travessões no início do segundo e do terceiro parágrafos é um dos indicativos de que o gênero textual do fragmento apresentado é entrevista.

9 No trecho "Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a diagramação da UH, a paginação da UH" (terceiro parágrafo), a forma verbal "atraiu" poderia ser corretamente empregada no plural — **atraíram**.

10 Mantendo-se a correção gramatical do texto, o último parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma, sem prejuízo do seu sentido original: Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a sua diagramação, a sua paginação. Enquanto os outros jornais eram duros, feios, em preto e branco, a UH era um jornal bonito, em cores. Arquitetura, em jornalismo, é exatamente a diagramação dos jornais.

As regiões metropolitanas e as grandes cidades brasileiras concentram hoje a atenção das autoridades de gestão territorial em nível local, regional e nacional. O conhecimento da complexa realidade dessas áreas em suas múltiplas dimensões e de modo dinâmico torna-se imprescindível para geri-las de forma eficiente. Não se trata apenas do levantamento de dados brutos, mas da proficiente manipulação e interpretação desses dados a partir de processamentos quantitativos (matemáticos e lógicos) sobre uma base espacial, de forma a revelar características e processos intrínsecos aos fenômenos em análise. Dito de outra forma, não basta somente a confecção de mapas digitais coloridos ilustrando, por exemplo, a exclusão social de uma determinada cidade por quantis, mas é fundamental que, com o auxílio de técnicas apropriadas de análise espacial, se possam extrair tendências do padrão de manifestação da exclusão social de forma contínua no espaço. Ou ainda, não é suficiente apenas mapear a ocorrência de crimes em um sistema georreferenciado, mas sim estudá-los de forma dinâmica, entendendo a sua proliferação no espaço e no tempo em articulação com inúmeras variáveis socioeconômicas e biofísicas, e como as estradas podem atuar como vetores de expansão da criminalidade.

Nessa linha de pensamento, elaborar mapas estáticos de uso do solo urbano não mais atende às necessidades atuais dos gestores locais, mas é necessário que se permitam simulações de diferentes cenários futuros de expansão urbana e dinâmica de uso do solo em ambiente computacional. Aí reside o desafio da geoinformação em gestão urbana e regional, que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar que se dedica a explorar a extrema complexidade de problemas socioambientais em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Openshaw (2000) argumenta que a geoinformação não se reduz ao uso de técnicas computacionais para solucionar problemas espaciais, mas se refere, ao contrário, a uma forma totalmente nova de se fazer ciência em um contexto geográfico.

Cláudia Maria de Almeida, Gilberto Câmara e Antonio Miguel V. Monteiro (Org.).
Geoinformação em urbanismo. Cidade Real X Cidade Virtual.
São Paulo: Oficina de Texto, 2007, p. 5 e 6. (com adaptações).

Em relação aos aspectos linguísticos do texto apresentado anteriormente, julgue os próximos itens.

11 Em “geri-las” (segundo período do primeiro parágrafo) e em “estudá-los” (último período do primeiro parágrafo), as formas pronominais exercem a função de complemento das formas verbais a que se ligam e referem-se a “áreas” e a “crimes”, respectivamente.

12 Em todas as suas ocorrências nos 3º, 4º e 5º períodos do primeiro parágrafo, a conjunção “mas” introduz no texto uma ideia de contraste.

13 No trecho “Aí reside o desafio da geoinformação em gestão urbana e regional, que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar”, a flexão do feminino em “entendida” justifica-se pela concordância com o substantivo “gestão”.

14 Em “que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar que se dedica a explorar a extrema complexidade de problemas socioambientais em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG)”, o vocábulo “que” apresenta o mesmo referente em ambas as ocorrências.

Com relação ao sistema operacional Windows e às ferramentas do Microsoft 365, julgue os itens que se seguem.

15 Na opção de *backup* do Windows, é possível fazer a cópia de segurança das pastas e dos arquivos do usuário assim como de configuração das redes *wi-fi* e respectivas senhas.

16 Na galeria de estilos do Word, o estilo Normal é utilizado para criação de títulos de seções de um documento, para que eles fiquem destacados e possam receber numeração automática.

17 O Modo Avião é uma opção de configuração do Windows que, quando ativada, interrompe qualquer comunicação sem fio via *wi-fi*, *Bluetooth* ou celular.

18 No Word, a opção Compartilhar permite que um documento em elaboração seja enviado como anexo para um ou mais destinatários de *email* para ser editado simultaneamente por eles.

Com relação a conceitos básicos de Internet e programas utilizados para navegação, pesquisa ou comunicação, julgue os itens que se seguem.

19 No Microsoft Outlook, é possível anexar a uma mensagem de correio eletrônico um documento que está na nuvem, usando-se, para tanto, o recurso OneDrive.

20 No Outlook, a opção Inserir Assinatura permite que a mensagem de *email* seja assinada digitalmente com uso de criptografia.

21 Ao se utilizar a página do Google para busca na Internet, é possível inserir o texto por meio de um teclado virtual, usando-se, para tanto, a ferramenta de Inserção de Texto, ao lado da caixa de pesquisa.

22 No Google, pode-se usar uma imagem para pesquisar outras imagens ou conteúdos, por meio do *upload* ou arrastando-se o arquivo para a área de pesquisa.

Os cartões de resposta de certa prova de itens de julgamento certo (C) ou errado (E) foram depositados em uma urna G. A prova consistia de 5 itens, de modo que, em cada cartão de resposta, há 5 campos para marcação C e 5 para marcação E. A pontuação dessa prova foi definida da seguinte maneira: para cada marcação de um item em conformidade com o gabarito da prova, são atribuídos 2 pontos positivos; para cada marcação de um item em desconformidade com o gabarito da prova, são atribuídos 2 pontos negativos; as marcações em branco não acarretam pontuação positiva nem negativa; não é admitida dupla marcação (marcação, para algum item, de ambos os campos C e E). Foi observado, ainda, que

- não existe cartão de respostas depositado na urna G que contenha dupla marcação (marcação de C e E para algum item);
- cada cartão presente na urna G corresponde a uma das distintas possibilidades de preenchimento de cartão de respostas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

23 G possui 243 cartões distintos.

24 A probabilidade de ser atribuída nota 10 a um cartão retirado da urna G ao acaso é igual a $\frac{1}{32}$.

25 Retirando-se ao acaso um cartão de respostas da urna G, a probabilidade de que seja atribuída nota igual a 2 a esse cartão é igual à probabilidade de que lhe seja atribuída nota igual a -2.

26 Existem menos de 50 cartões em G para cada um dos quais será atribuída nota igual a zero.

Em um jogo investigativo, um dos objetivos é coletar pistas para descobrir o culpado de um crime. Em determinada ambientação, cinco senhores, cada um usando um chapéu de determinada cor — branco, cáqui, preto, verde e vermelho —, participavam de um jantar, quando a luz da mansão apagou. Passado o apagão, foi constatado que o senhor de chapéu cáqui estava morto. Em uma etapa do jogo, já haviam sido coletados os seguintes depoimentos dos outros quatro cavalheiros:

Senhor de chapéu verde: "O senhor de chapéu vermelho é inocente."
Senhor de chapéu vermelho: "Se o senhor de chapéu preto e o senhor de chapéu verde são inocentes, então o senhor de chapéu branco mentiu em seu depoimento."
Senhor de chapéu branco: "O senhor de chapéu preto é inocente."
Senhor de chapéu preto: "O senhor de chapéu verde mentiu em seu depoimento."

Sabendo que apenas um dos depoentes mentiu e que apenas um dos senhores assassinou o senhor de chapéu cáqui, julgue os itens seguintes.

27 Apenas um dos senhores é, ao mesmo tempo, o assassino e o mentiroso.

28 O depoimento feito pelo senhor de chapéu vermelho pode ser escrito, como uma proposição sentencial, na forma: $P \wedge Q \rightarrow R$.

29 A proposição sentencial $\sim P \vee Q \rightarrow \sim R$ corresponde, logicamente, à negativa do depoimento do senhor de chapéu vermelho.

30 O senhor de chapéu branco mentiu em seu depoimento.

Determinada autarquia federal pretende firmar contrato administrativo para a contratação de estudo e serviços técnicos de arquitetura especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

31 A Lei de Licitações aplica-se a autarquias federais, entretanto não faz menção à aplicabilidade às autarquias estaduais e municipais.

32 A autarquia poderá valer-se da contratação direta por inexigibilidade de licitação.

33 Na situação apresentada, será aplicada a Lei de Licitações e Contratos.

34 Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados os preços unitários, sendo irrelevante o preço global.

Maria apresentou pedido administrativo perante a repartição pública onde seu marido João exerce cargo em comissão. O pedido foi negado e Maria interpôs recurso administrativo dirigido a João, que é o chefe do órgão e autoridade hierarquicamente superior ao servidor que negou o pedido de Maria. Ao analisar o recurso, João acatou o pedido de Maria em decisão administrativa, sem indicar os fatos e os fundamentos jurídicos.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

35 Por ser marido de Maria, João deveria ter se julgado impedido de atuar em processo administrativo.

36 Na situação apresentada, João praticou abuso de poder.

37 Segundo expressa previsão na Lei do Processo Administrativo, o ato administrativo que julga recurso administrativo deve ser motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

38 Maria agiu corretamente ao direcionar seu recurso a João, uma vez que ele é autoridade superior ao servidor que negou o pedido.

A respeito da Lei n.º 12.378/2010, que disciplina a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), julgue os itens a seguir.

39 O registro do arquiteto e urbanista no CAU/BR é circunscrito ao âmbito estadual, devendo o profissional realizar inscrição suplementar caso queira atuar em outros estados da Federação.

40 O CAU/BR é responsável pela organização e manutenção do cadastro nacional das escolas e faculdades de arquitetura e urbanismo.

41 As expressões "arquitetura" ou "urbanismo" podem ser utilizadas no nome fantasia de determinada sociedade, ainda que esta não tenha arquiteto e urbanista entre seus sócios ou empregados permanentes.

Com relação ao Anexo II do Regimento Interno do CAU/BR (Resolução n.º 139/2017), julgue os itens seguintes.

42 Compete ao CAU/BR decidir, em última instância recursal, sobre matérias deliberadas no âmbito dos conselhos de arquitetura e urbanismo dos estados e do Distrito Federal.

43 O presidente do CAU/BR deverá proferir voto em todas as votações do plenário e do conselho diretor.

44 A deliberação a respeito de diretrizes para a implementação de ações, visando-se a valorização da profissão de arquiteto e urbanista, insere-se no âmbito das competências da Comissão de Política Profissional do CAU/BR.

45 No que diz respeito ao acesso às informações solicitadas pelo cidadão, o CAU/BR não está adstrito aos princípios da administração pública, podendo decidir livremente acerca da conveniência de conferir o acesso às informações demandadas.

No que diz respeito à ética no setor público, julgue o item seguinte.

46 No exercício do cargo ou da função pública, o servidor público deve nortear suas ações pela dignidade, pelo decoro, pelo zelo, pela eficácia e pela consciência dos princípios morais.

Considerando a Portaria Normativa n.º 112/2023 (Código de Conduta, Disciplina e Ética do CAU/BR), julgue os itens a seguir.

47 O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou pelos trabalhos executados por seus auxiliares, equipes, assim como considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade.

48 Cabe ao arquiteto responsável pela execução de serviço ou obra manter sigilo, sem quaisquer ressalvas, sobre os negócios confidenciais de seus contratantes.

Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os próximos itens.

49 A ação ou a omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, com base em jurisprudência, configura ato de improbidade administrativa.

50 Constitui ato de improbidade administrativa o exercício da atividade de consultoria para pessoa física que tenha interesse suscetível de ser amparado por ação decorrente das atribuições do agente público durante a atividade.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Em relação a conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade pública e patrimônio público e seus componentes, julgue os itens a seguir.

51 O ativo real líquido representa o saldo positivo do patrimônio líquido.

52 A contabilidade pública no Brasil aplica-se à administração direta e indireta, incluindo-se autarquias, fundações, empresas estatais, sociedades de economia mista e demais entidades que gerenciem ou recebam recursos do orçamento público.

53 De acordo com as regras da contabilidade pública no Brasil, na composição do conceito de patrimônio público inclui-se não apenas bens, direitos e valores, mas também as obrigações, de modo a se representar, de forma integral e completa, a situação econômica e financeira do ente público.

54 Nas entidades públicas, os estoques são avaliados pelo valor de produção ou de aquisição; entretanto, se esse valor for menor que o valor de mercado, deve-se como parâmetro o valor de mercado.

55 No passivo do setor público, uma provisão é uma obrigação presente, com pouca probabilidade de saída de recursos, e que deve ser evidenciada em notas explicativas, e não reconhecida no balanço patrimonial.

Com relação a variações patrimoniais, ativo imobilizado e intangível e redução ao valor recuperável, julgue os itens subsecutivos.

56 As variações patrimoniais podem decorrer de situações que alteram a situação líquida patrimonial, dividindo-se em aumentativas e diminutivas.

57 Sob o enfoque patrimonial, as receitas são variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as despesas, variações diminutivas (VPD), e a diferença entre elas constitui o resultado patrimonial do período, que é representado por superávit ou déficit patrimonial na demonstração das variações patrimoniais (DVP).

58 É inadequado realizar o desreconhecimento de um item do imobilizado quando da sua alienação ou no caso de ausência de expectativa de benefício futuro ou potencial de serviços pela utilização do ativo.

59 A redução ao valor recuperável de um ativo reflete sempre uma diminuição do seu valor registrado na contabilidade, quando o seu valor contábil é maior que o valor recuperável.

60 Podem ser reconhecidos a integrar as contas contábeis do balanço patrimonial de ente público itens como direitos de imagem de pessoas públicas, gravações de eventos históricos, selos e moedas históricas.

Acerca de mensuração de passivos, passivos contingentes, reavaliação e depreciação, julgue os itens subsequentes.

61 O valor residual de um ativo intangível com vida útil definida deve ser sempre presumido como superior a zero, porque a amortização não pode englobar a totalidade do valor do ativo.

62 No contexto da contabilidade pública, direitos, títulos de crédito e obrigações são ajustados a valor presente, independentemente dos encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

63 A prudência justifica que os passivos contingentes sejam reconhecidos nas contas patrimoniais imediatamente após a sua classificação e definição, apesar da baixa probabilidade de saída de recursos para satisfazer a obrigação.

64 Um ativo intangível pode ser reavaliado e a alteração de seu valor de reconhecimento pode ser decorrente de redução ao valor recuperável.

65 Os ativos intangíveis com vida útil definida são depreciados a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso ou na data em que for classificado como disponível para venda.

Quanto à apuração de custos no setor público, julgue os itens a seguir.

66 Os custos no setor público constituem um conjunto de informações acessórias que desempenham um papel não significativo na melhoria da eficiência do gasto público ou como instrumento de gestão dos serviços realizados pelo governo.

67 A indicação para a apuração de custos no setor público brasileiro foi introduzida apenas recentemente no sistema legal do país, com a adoção das normas internacionais de contabilidade.

68 O atributo da informação de custo relativo à relevância é entendido como a qualidade inerente à capacidade de influenciar as decisões dos usuários quanto aos eventos sob sua avaliação.

69 No custeio variável, são apropriados como custos de fabricação os custos fixos e variáveis, diretos e indiretos, sendo as despesas variáveis levadas para o resultado do período.

70 Sistemas estruturantes como o SIAFI e o SIAPE fornecem os dados ao Sistema de Informação de Custos do Governo Federal para a geração das informações de custos.

tabela I	valor previsto (R$)	valor executado (R$)
receitas tributárias	18.000.000,00	18.400.000,00
receita de contribuições	5.000.000,00	5.100.000,00
receita patrimonial	3.000.000,00	3.100.000,00
receita de serviços	2.500.000,00	2.400.000,00
outras receitas correntes	1.500.000,00	1.600.000,00
operações de créditos	4.000.000,00	3.900.000,00
alienação de bens	2.000.000,00	2.100.000,00
pessoais e encargos sociais	19.000.000,00	18.800.000,00
juros e encargos da dívida	3.000.000,00	2.900.000,00
outras despesas correntes	4.000.000,00	3.800.000,00
investimentos	4.000.000,00	3.900.000,00
inversões financeiras	3.000.000,00	2.900.000,00
amortização da dívida	3.000.000,00	3.000.000,00

tabela II	valor (R$)
saldo financeiro do exercício anterior	500.000,00
ingressos extraorçamentários	50.000,00
dispêndios extraorçamentários	60.000,00
variações ativas extraorçamentárias	250.000,00
variações passivas extraorçamentárias	300.000,00
inscrições de restos a pagar	100.000,00
pagamentos de restos a pagar	150.000,00

tabela III	valor (R$)
ativo financeiro do exercício anterior	40.000.000,00
ativo não financeiro do exercício anterior	120.000.000,00
passivo financeiro do exercício anterior	35.000.000,00
passivo não financeiro do exercício anterior	115.000.000,00
saldo patrimonial do exercício anterior	10.000.000,00
créditos adicionais do exercício financeiro anterior reabertos	0,00
operações de créditos vinculadas aos créditos adicionais do exercício financeiro anterior reabertos e não arrecadadas	0,00

Ao final do ano de 2022, determinado município divulgou as informações apresentadas nas tabelas I, II e III sobre sua execução orçamentária e financeira.

A partir das informações apresentadas e das tabelas I, II e III, julgue os itens a seguir no que diz respeito ao balanço orçamentário do município.

71 As receitas correntes previstas foram de R$ 27.000.000.

72 As despesas de capital executadas totalizaram R$ 9.800.000.

73 As informações indicam insuficiência de arrecadação nas receitas correntes.

74 O resultado orçamentário ao final do exercício foi de R$ 1.300.000.

Ainda considerando as informações das tabelas I, II e III apresentadas anteriormente, julgue os itens seguintes quanto ao balanço financeiro do município.

75 O saldo financeiro para o exercício seguinte foi superior a R$ 1.700.000.

76 Na elaboração do balanço, a inscrição de restos a pagar do exercício deverá ser registrada na parte dos ingressos, como receita extraorçamentária.

77 Os ingressos foram superiores a R$ 37.000.000.

Ainda considerando as informações das tabelas I, II e III apresentadas, julgue os itens que se seguem, em relação à demonstração das variações patrimoniais e ao balanço patrimonial do município.

78 As variações ativas por mutação patrimonial totalizaram R$ 9.800.000.

79 O total de variações passivas foi inferior a R$ 30.000.000.

80 O superávit financeiro do exercício financeiro anterior foi de R$ 5.000.000.

81 O resultado patrimonial foi superior a R$ 9.000.000.

Julgue os próximos itens com base nas notas explicativas às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).

82 As notas explicativas devem divulgar os pressupostos das estimativas dos riscos significativos que podem vir a causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos ao longo dos próximos doze meses, devendo ser detalhadas a natureza e o valor contábil desses ativos e passivos na data das demonstrações.

83 Embora não sejam parte integrante das demonstrações contábeis, as notas explicativas visam facilitar a compreensão delas a seus diversos usuários.

Quanto à despesa pública, julgue os itens a seguir.

84 O empenho é o estágio da despesa em que o Estado, ao criar para si a obrigação de pagamento, verifica o direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

85 Na classificação funcional da despesa pública, é lícito fazer a combinação de subfunções com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas, salvo quando se tratar da função encargos especiais e suas subfunções típicas.

No que concerne a receita pública, julgue os itens a seguir.

86 Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

87 A receitas de contribuições e agropecuárias são classificadas como correntes, assim como as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis como correntes.

88 O estágio de arrecadação é aquele em que o Estado recebe dos contribuintes, por meio de seus agentes ou da rede bancária, os valores que lhe são devidos.

Em relação ao regime contábil e à análise de balanços públicos, julgue os itens seguintes.

89 Ao analisar um balanço orçamentário, a presença de superávit no orçamento corrente e de déficit no orçamento de capital evidencia um processo de capitalização.

90 Na contabilidade pública, o regime orçamentário é considerado um regime misto, que mescla o regime de competência para as receitas com o regime de caixa para as despesas.

Relativamente à demonstração de fluxos de caixa (DFC) (métodos direto e indireto), conforme a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens que se seguem.

91 Segundo a legislação societária, a DFC, independentemente do método de elaboração escolhido, deve evidenciar as modificações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em até três fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

92 Estão obrigadas à publicação da DFC todas as sociedades por ações.

93 A entidade poderá apresentar seus fluxos de caixa em base líquida desde que os recebimentos de caixa e os pagamentos em caixa respectivos se refiram a itens de giro rápido, com montantes expressivos e vencimentos de curto prazo.

94 Se uma entidade desembolsar determinado valor para a quitação de uma parcela em atraso de um empréstimo, pagando juros por esse atraso, tal transação deverá ser classificada em dois tipos de atividades operacionais.

95 Movimentações financeiras entre o caixa da entidade e suas contas bancárias estão excluídas do fluxo de caixa das atividades operacionais.

À luz da legislação societária e dos pronunciamentos do CPC, julgue os itens seguintes.

96 Estoques de mercadorias para revenda devem ser evidenciados no balanço patrimonial pelo seu valor justo.

97 Se uma companhia emitir ações ao preço de R$ 5 cada lote de mil ações e, devido ao grande interesse do público, cada lote atingir R$ 7, gerando um excedente de R$ 2 por lote, o montante excedente verificado constituirá uma receita efetiva que deverá ser reconhecida no exercício social em que foi obtida.

98 Se, em dado exercício social, uma entidade violar um acordo de quitação, parcial ou total, de um empréstimo de longo prazo, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, e se o credor, antes da publicação das demonstrações contábeis do referido exercício social, mas após a data do balanço, renunciar ao direito de cobrança antecipada dessa dívida, o balanço patrimonial da referida entidade deverá evidenciar o citado empréstimo de longo prazo no ativo circulante.

99 Caso, entre a data de encerramento de um balanço e a de sua publicação, a entidade liquidar um passivo classificado como não circulante, um ajuste por evento subsequente deverá ser divulgado na primeira oportunidade.

100 A entidade pode divulgar no balanço patrimonial o valor nominal individual de cada ação que ela tiver emitido, caso tenha valor.

Com referência à demonstração do resultado do exercício (DRE), considerando a legislação societária e os pronunciamentos do CPC, julgue os itens subsequentes.

101 Conforme a legislação societária, a evidenciação da receita bruta na DRE, mesmo que inclua valores não pertencentes à entidade, é obrigatória.

102 A DRE deve evidenciar, em rubrica própria, o resultado da baixa de ativos financeiros mensurados pelo valor justo.

103 A segregação do resultado do período em sócios controladores e sócios não controladores deve ser evitada.

104 As receitas e despesas apresentadas na DRE são, todas elas, resultados abrangentes.

À luz da legislação societária e dos pronunciamentos do CPC, julgue os itens que se seguem, relativos à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL).

105 Segundo a legislação societária, a divulgação da DMPL tem caráter facultativo.

106 Os resultados abrangentes do período devem ser apresentados na DMPL, segregando-se a participação de sócios controladores e de sócios não controladores.

107 Uma análise por item dos resultados abrangentes de cada componente do patrimônio líquido poderá, a critério da entidade, ser divulgada na DMPL.

108 É vedado divulgar na DMPL o valor dos dividendos distribuídos aos acionistas.

109 A DMPL está isenta do impacto de ajustes retrospectivos das demonstrações contábeis relativos a alterações nas políticas contábeis da entidade.

110 As alterações no patrimônio líquido da entidade evidenciadas na DMPL correspondem ao aumento ou à redução dos ativos líquidos entre duas datas de balanço.

A empresa XY apresentou, ao final de 2023, as seguintes informações.

	2022	2023		2022	2023
ativo circulante	10.000	15.000	**passivo circulante**	15.000	16.000
ativo não circulante	40.000	38.000	**passivo não circulante**	5.000	5.000
			patrimônio líquido (PL)	30.000	32.000
ativo total	50.000	53.000	**passivo + PL total**	50.000	53.000

Considerando os dados acima apresentados e as técnicas de análise das demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

111 Quando representado pelo quociente entre o passivo circulante e o passivo total, quanto menor o índice correspondente ao perfil da dívida, maior tende a ser a dívida de longo prazo comparativamente à dívida de curto prazo.

112 Se a empresa XY decidir utilizar os recursos oriundos da conta bancos para quitar os empréstimos de longo prazo, o índice de liquidez corrente permanecerá inalterado.

113 O índice de endividamento da empresa XY no ano de 2023 mostra que as aplicações dessa empresa são financiadas principalmente com capital oriundo de fontes externas.

114 A partir da análise vertical, observa-se que as dívidas de longo prazo da empresa XY representavam, em 2022, aproximadamente 33% do capital de terceiros.

115 A análise horizontal permite observar a evolução de uma determinada conta, ao se comparar o valor registrado na conta com aqueles registrados em períodos anteriores.

De acordo com o CPC 46 (Mensuração do Valor Justo), julgue os itens a seguir.

116 Na ausência de informações de mercado ou transações de mercado observáveis disponíveis, deve-se utilizar como valor justo uma mensuração específica da entidade.

117 Quando se utilizam dados não observáveis na mensuração do valor justo, a empresa deve divulgar o efeito da mensuração sobre o resultado do período ou outros resultados abrangentes para o período.

118 Para se mensurar o valor justo do ativo ou passivo, na ausência de mercado principal, deve-se considerar o mercado mais vantajoso.

Um ativo é vendido em dois mercados ativos diferentes, nos quais a entidade vendedora celebra transações e pode acessar o preço na data de mensuração. No mercado A, o preço do ativo é de R$ 30, os custos de transação são de R$ 4 e os custos para transportar o ativo a esse mercado são de R$ 3. No mercado B, o preço do ativo é de R$ 28, os custos de transação são de R$ 2 e os custos para transportar o ativo a esse mercado são de R$ 2.

Com base nessa situação hipotética e no que prevê o CPC 46 (Mensuração do Valor Justo), julgue os próximos itens.

119 Se nenhum dos mercados for o mercado principal para o ativo, o valor justo do ativo será de R$ 24.

120 Se A for o mercado com o maior volume e nível de atividade para o ativo, o valor justo do ativo será de R$ 27.

Espaço livre